

Austral Seguradora S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Sumário

Relatório da Administração.....	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balancos patrimoniais.....	13
Demonstrações do resultado.....	15
Demonstrações do resultado abrangente.....	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	17
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros corporativos especializados. Atualmente, a Companhia opera nos ramos de Seguro Garantia, Fiança Locatícia, Riscos de Petróleo, Riscos Marítimos - Casco, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados e Operacionais, Compreensivo Empresarial, Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O), Responsabilidade Civil - Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil Profissional (E&O), Transporte Nacional, Transporte Internacional e Responsabilidade Civil Transporte (Aéreo, Rodoviário e Desvio de Carga).

Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Companhia tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras para seus clientes e na transferência de risco para seus parceiros.

Em 26 de outubro de 2022, a S&P reafirmou o rating de crédito de brAAA/estável, mantendo-se no topo da escala nacional Brasil. Em 28 de abril de 2022, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de “bbb+” para o Grupo Austral. A perspectiva do Grupo foi mantida como positiva.

Na avaliação da AM Best, a perspectiva positiva refletiu a melhoria na condição da força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como muito forte. O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume.

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	1.231,4	1.102,4	11,7%
Prêmios Ganhos	1.121,1	1.049,4	6,8%
Sinistros Ocorridos	(1,9)	(74,2)	(97,4%)
Despesas Administrativas	(43,9)	(32,6)	34,6%
Resultado Financeiro	17,4	2,4	621,6%
Lucro líquido do exercício	38,6	27,7	39,2%
Patrimônio líquido	218,2	192,5	13,3%
Índice de Despesas Administrativas	3,6%	2,9%	0,7%
Índice de Sinistralidade	0,2%	7,1%	(6,9%)

Os prêmios emitidos líquidos da Companhia atingiram o valor de R\$ 1.231,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentando um aumento de 11,7 % frente aos R\$ 1.102,4 milhões registrados no exercício de 2021. O crescimento das receitas nesse período foi positivamente impactado pelo maior volume de emissões nos ramos de: Riscos de Petróleo com crescimento de R\$ 64,4 milhões e Patrimonial, com crescimento de R\$ 56,4 milhões.

Confirmando sua posição como especialista e líder neste mercado, no segmento de Riscos de Petróleo, a Companhia alcançou um volume de prêmios emitidos de R\$ 850,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, frente a R\$ 785,8 milhões no mesmo período em 2021.

É importante ressaltar o sucesso na política de expansão do portfólio da Companhia nas linhas de Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O), Responsabilidade Civil Ambiental e Responsabilidade Civil Profissional (E&O). Esses segmentos apresentaram significativo crescimento de 32% com relação ao exercício anterior, alcançando a marca de R\$ 36 milhões em prêmios emitidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avalia permanentemente oportunidades nas linhas de negócio atuais e potenciais alinhadas com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia reavaliou durante o exercício sua atuação em operações no segmento de Transportes em todas as suas modalidades.

Considerando o cenário desafiador do mercado, e primando pela qualidade e consistência de seu processo de subscrição de seguro Garantia (público e privado), a Companhia alcançou a marca de R\$ 180,8 milhões de prêmios emitidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, frente a R\$ 133,7 milhões em 2021.

O índice de sinistralidade geral em 2022 ficou em 0,2% dos prêmios ganhos, contra 7,1% no exercício de 2021. Essa redução se deu, principalmente, no ramo de Riscos de Petróleo.

Adicionalmente, o controle sobre as despesas administrativas também é objeto de atenção permanente da administração da Companhia. Mesmo com o aumento de estrutura, com a consequente contratação de novos funcionários, quando comparamos as despesas com o montante de prêmios emitidos, temos um índice que representa 3,6% dos prêmios ganhos no exercício corrente, com aumento de apenas 0,7% quando comparado com o índice observado no exercício de 2021, que foi de 2,9%. Esse indicador reflete uma gestão eficiente, monitoramento constante e planejamento cuidadoso das ações realizadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro apresentou saldo positivo de R\$ 17,4 milhões (R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2021), reflexo da performance positiva na gestão dos ativos financeiros.

Como consequência dos fatores destacados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 38,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 27,7 milhões em 31 de dezembro de 2021). O patrimônio líquido apurado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 218,2 milhões (R\$ 192,5 milhões em 31 de dezembro de 2021), e o ativo total atingiu o montante de R\$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1,8 bilhões em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia reforça seu comprometimento constante com a melhoria dos processos operacionais e o desenvolvimento de controles e com a adoção das melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia planeja manter sua trajetória de crescimento rentável e presença relevante nos mercados em que atua, mantendo uma política de subscrição baseada nas melhores técnicas, com estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

A Companhia possui de acordo com o seu Estatuto Social uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Por fim, a Companhia agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023.

Administração.

Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Seguradora S.A.** (Austral Seguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Seguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da **Austral Seguradora S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, devidamente

auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

Margo Isabel Black
Presidente

Paulo Pereira Ferreira
Membro

Leonardo de Assis Portugal
Membro

Paulo Roberto Batista Machado
Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de seguros e ativos de resseguros

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui, dentre outras, as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados (“IBNR”) e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (“PPNG – RVNE”) e possui provisões de ativos de resseguros referentes a: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados (“IBNR”) e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (“PPNG – RVNE”).</p> <p>Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de seguros e ativos de resseguros incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados (“IBNR”), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (“PPNG – RVNE”) e do teste de adequação dos passivos.- com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

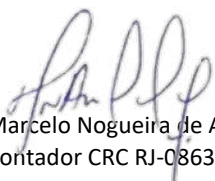
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		1.890.604	1.305.689
Disponível		26.332	26.716
Aplicações financeiras	5	128.768	130.556
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	881.678	252.592
Prêmios a receber		843.985	223.726
Operações com seguradoras		2.618	987
Operações com resseguradoras		35.075	27.879
Outros créditos operacionais		2.587	2.708
Ativos de resseguro	13	808.505	850.648
Títulos e créditos a receber	8	4.563	6.921
Títulos e créditos a receber		9	269
Créditos tributários		4.370	6.369
Outros créditos		184	283
Custos de aquisição diferidos	9	38.171	35.548
Não circulante		452.568	471.127
Realizável a longo prazo		445.318	464.330
Aplicações financeiras	5	145.648	144.101
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	67.908	83.636
Ativos de resseguro	13	155.824	170.433
Outros créditos operacionais		497	-
Títulos e créditos a receber	8	16.959	11.004
Outros valores e bens		4.520	5.447
Custos de aquisição diferidos	9	53.962	49.709
Investimentos		500	500
Imobilizado		2.414	2.026
Intangível		4.336	4.271
Total do ativo		2.343.172	1.776.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		1.797.721	1.232.746
Contas a pagar		48.606	25.138
Obrigações a pagar		7.944	12.062
Impostos e encargos sociais a recolher	10	38.079	10.887
Encargos trabalhistas		1.885	1.549
Impostos e contribuições		698	640
Débitos de operações com seguros e resseguros		821.469	240.920
Prêmios a restituir		4.831	5.083
Operações com seguradoras		4.297	14.782
Operações com resseguradoras	11	777.662	189.293
Corretores de seguros e resseguros		27.784	27.959
Outros débitos operacionais		6.895	3.803
Depósitos de terceiros	12	6.819	3.543
Provisões técnicas	13	919.058	961.647
Outros débitos		1.769	1.498
Não circulante		327.160	351.523
Débito das operações com seguros e resseguros		62.402	75.750
Operações com seguradoras		3.346	4.168
Operações com resseguradoras	11	44.016	53.392
Corretores de seguros e resseguros		15.040	18.190
Provisões técnicas	13	261.185	271.029
Outros débitos		3.573	4.744
Patrimônio líquido	16	218.291	192.547
Capital social		107.025	107.025
Reserva de capital		3.495	19
Reserva de lucros		116.105	90.958
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(8.334)	(5.455)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.343.172	1.776.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	Notas	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios emitidos		1.231.393	1.102.367
Variações das provisões técnicas de prêmios		<u>(110.251)</u>	<u>(52.936)</u>
Prêmios ganhos	21/22.a	1.121.142	1.049.431
Sinistros ocorridos	22.b	(1.911)	(74.194)
Custos de aquisição	22.c	(48.650)	(43.043)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(4.470)	(1.375)
Resultado com resseguro	22.e	(978.831)	(849.986)
Despesas administrativas	22.f	(43.879)	(32.559)
Despesas com tributos	22.g	(11.047)	(13.392)
Resultado financeiro	22.h	17.391	2.410
Resultado patrimonial		<u>13.400</u>	<u>9.000</u>
(=) Resultado antes dos impostos e participações		63.145	46.292
Imposto de renda	19	(10.156)	(8.046)
Contribuição social	19	(6.747)	(7.269)
Participações sobre o lucro		<u>(7.695)</u>	<u>(3.303)</u>
(=) Lucro líquido do exercício		38.547	27.674
Quantidade de ações		69.177.394	69.177.394
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	20	0,5572	0,4000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício		38.547	27.674
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	(4.797)	(10.619)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.a	1.918	4.248
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos		(2.879)	(6.371)
Total de resultados abrangentes do exercício		35.668	21.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste TVM		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	107.025	19	8.828	73.456	916	-	190.244
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(6.371)	-	(6.371)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.674	27.674
Proposta para distribuição do resultado:							
Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16.c)	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Constituição de reserva legal	-	-	1.384	-	-	(1.384)	-
Constituição Outras Reservas de Lucro	-	-	-	17.290	-	(17.290)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	107.025	19	10.212	80.746	(5.455)	-	192.547
Saldos em 31 de dezembro de 2021	107.025	19	10.212	80.746	(5.455)	-	192.547
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(2.879)	-	(2.879)
Incentivo baseado em ações (Nota 17)	-	3.476	-	-	-	-	3.476
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	38.547	38.547
Proposta para distribuição do resultado:							
Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16.c)	-	-	-	-	-	(13.400)	(13.400)
Constituição de reserva legal	-	-	1.927	-	-	(1.927)	-
Constituição Outras Reservas de Lucro	-	-	-	23.220	-	(23.220)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.025	3.495	12.139	103.966	(8.334)	-	218.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	38.547	27.674
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	4.123	3.621
Perda por redução ao valor recuperável	2.075	(206)
Provisões técnicas líquidas de ativos de resseguros	142.580	15.780
Outros ajustes	(1.673)	781
	<u>185.652</u>	<u>47.650</u>
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(2.636)	45.804
Créditos das operações com seguros e resseguros	(617.078)	185.725
Títulos e créditos a receber	172	6.033
Depósito de terceiros	3.276	397
Custos de aquisição diferidos	(6.877)	962
Impostos e contribuições	2.000	(11.317)
Débitos de operações com seguros e resseguros	568.845	(211.149)
Obrigações a pagar	56.045	7.664
Outros créditos	(408)	(823)
Sinistros pagos	(138.262)	(19.582)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.577)	(19.094)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>27.152</u>	<u>32.270</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.043)	(269)
Aquisição de intangível	(1.834)	(1.892)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(2.877)</u>	<u>(2.161)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(10.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(22.400)	-
Arrendamentos	(2.259)	(1.283)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(24.659)</u>	<u>(11.283)</u>
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(384)</u>	<u>18.826</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.716	7.890
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.332	26.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de seguros e cosseguros nos ramos de danos, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010.

Em 26 de novembro de 2021, a Austral Participações II S.A., detentora de 100,00% das ações da Companhia, foi incorporada pela Austral Participações S.A., a qual passou a ser detentora da totalidade das ações da Companhia.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera nos ramos de Seguro Garantia, tanto público quanto privado, Fiança Locatícia, Riscos de Petróleo, Riscos Marítimos (Casco), Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O), Responsabilidade Civil Profissional (E&O), Responsabilidade Civil de Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados e Operacionais e Compreensivo Empresarial. A Companhia avalia permanentemente oportunidades em linhas de negócio que apresentem alinhamento com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia está reavaliando sua atuação nas operações no segmento de Transportes, nas modalidades Transporte Nacional e Internacional, Responsabilidade Civil Transportador (carga) em viagens internacionais, ferroviárias, aéreas, rodoviárias, aquaviárias e desvio de carga.

A Companhia atua em todo o território brasileiro, predominantemente nas seguintes linhas:

i. Seguro Garantia – setor público e setor privado

Este seguro garante o cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela parte contratada (tomador), junto ao contratante (segurado). O Seguro Garantia protege contra eventuais prejuízos ocasionados pelo descumprimento de cláusulas em um contrato.

O Seguro Garantia substitui outras formas de garantia comumente utilizadas no mercado, apresentando algumas vantagens, sendo as principais: (i) não compromete as linhas de crédito das empresas, deixando seus recursos financeiros livres para a sua atividade operacional; (ii) agilidade na contratação e (iii) menor onerosidade econômica.

O Seguro Garantia é normalmente exigido em contratações da Administração Pública ou do setor privado, para assegurar o cumprimento de obrigações em contratos de construção, fornecimento, prestação de serviços, concessões de serviços públicos, participação em licitações, além de ser amplamente utilizado em processos judiciais, visando garantir o juízo.

Entre as modalidades de Seguro Garantia oferecidas pela Companhia, destacam-se:

- Seguro Garantia Judicial: este seguro garante valores em discussão em ações judiciais que exigem depósito em juízo ao longo dos processos, como nova garantia ou em substituição a

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

garantia previamente existente, seja em âmbito cível, trabalhista, tributário ou em depósitos recursais, inclusive em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares, mandados de segurança, e outras.

- Seguro Garantia Administrativo para Créditos Tributários: este seguro atesta a veracidade dos créditos tributários informados pelo tomador em processos administrativos no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo geralmente utilizado para liberação dos referidos créditos ou ainda para cobrir a permanência do tomador em regimes especiais de tributação.
- Seguro Garantia Aduaneiro: este seguro garante o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao Termo de Responsabilidade a que se refere o Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, em conformidade com as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal sobre o assunto.
- Seguro Garantia do Licitante: este seguro garante que em licitações públicas ou privadas, o tomador vencedor do certame mantenha sua proposta e assine o contrato nas condições apresentadas e dentro do prazo estabelecido no edital. Este seguro é frequentemente solicitado em procedimentos licitatórios como leilões, concorrências públicas, tomadas de preços e cartas convites.
- Seguro de Garantia de Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços: esta modalidade garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato para construção, fornecimento ou prestação de serviços, protegendo o segurado contra o risco de inadimplência do tomador.
- Seguro Garantia de Concessões: este seguro garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato de concessão para exploração de um bem ou serviço público como rodovias, saneamento, energia, entre outros.
- Seguro Garantia de Adiantamento de Pagamentos: este seguro garante que os valores recebidos a título de adiantamento em contratos sejam destinados à execução imediata do objeto contratual, ou seja, a realização da etapa prevista de uma obra por exemplo, até sua conclusão. Este tipo de seguro permite, por exemplo, a liberação de recursos para um fornecedor, sem que o mesmo tenha que utilizar seu fluxo de caixa e, para o contratante, representa uma garantia que os recursos adiantados serão aplicados no fornecimento do equipamento ou na realização das obras conforme previsto contratualmente.
- Seguro Garantia de Manutenção Corretiva: este seguro garante a execução de ações corretivas apontadas pelo contratante e necessárias para a reparação de problemas ocorridos no decorrer da execução contratual, por responsabilidade exclusiva do tomador.

ii. Seguro de Fiança Locatícia

O Seguro de Fiança Locatícia possibilita a substituição do fiador e garante ao proprietário de imóvel (locador) o recebimento dos aluguéis e encargos vencidos e não pagos pelo inquilino. Esta característica permite agilidade na aprovação da sua proposta de aluguel.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

O Seguro de Fiança Locatícia é regulado por normas específicas, principalmente pela Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada), que define e limita as garantias de locação.

iii. Seguros de Riscos de Petróleo

O seguro de Riscos de Petróleo garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, exploração, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra (“onshore”) e no mar (“offshore”). Além disso, também garante a cobertura para obras e construções ligadas ao setor, bem como para perdas de receitas derivadas de interrupção de negócios.

Os segurados desse produto podem ser os operadores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que operam no ramo de petróleo e gás e para coberturas de riscos de construção de equipamentos offshore.

iv. Seguro de Riscos Marítimos (casco)

Este tipo de seguro tem por objetivo proteger armadores visando cobrir riscos de perdas ou danos que alcancem qualquer tipo de embarcação em operação, construção ou em reparo. A contratação pode ser realizada por qualquer pessoa que explore comercialmente uma embarcação mercante, sendo ou não o seu proprietário. O foco de atuação da Companhia são embarcações corporativas, principalmente de apoio às operações de exploração de petróleo.

Entre as coberturas mais comuns deste tipo de seguro: (i) cobertura para danos ao casco e às máquinas das embarcações; (ii) perda total da embarcação; (iii) assistências e salvamentos; (iv) avaria grossa; (v) responsabilidade civil por abalroação além de outras coberturas complementares, como por exemplo: desembolso (D), responsabilidades excedentes (RE), valor aumentado (VA), cobertura de construtores navais, cobertura de responsabilidade civil dos reparadores de navios, cobertura de responsabilidade civil (P&I). Além das coberturas complementares, há uma gama de coberturas adicionais que podem ser contratadas em conjunto, como: riscos de guerra, torpedo e minas, riscos de greves, motins e comoções civis, perda de receita e perda de frete.

v. Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

O Seguro D&O cobre os valores devidos a terceiros por diretores ou executivos da empresa contratante do seguro em virtude de investigações e processos judiciais, administrativos ou arbitrais relacionados à sua atuação na capacidade de administradores da sociedade contratante. Isso inclui, mas não se limita a, processos de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, em virtude da responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária do diretor ou executivo.

Entre as coberturas de D&O, podem ser elencadas: (i) indenização direta ao segurado (ex. administrador); (ii) indenização ao tomador (ex. empresa) que tenha adiantado os custos ao segurado; e (iii) indenização aplicada nos casos em que a empresa possui negociação de valores mobiliários, na qual podem ser seguradas, por exemplo, casos de reclamações relacionadas à gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

É importante mencionar que esse produto apresenta como possibilidade a contratação de um produto secundário de responsabilidade civil ambiental para diretores e administradores, cobrindo os custos de defesa e eventuais indenizações devidas pelo segurado em reclamações que envolvam danos causados ao meio ambiente sem abranger os custos de limpeza devidos.

vi. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (E&O)

Este seguro possui cobertura para indenização decorrente de reclamações de terceiros contra o segurado, o qual pode ser uma pessoa física ou jurídica especificada na apólice, por falhas profissionais pelas quais o mesmo seja responsabilizado, resultando em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Este seguro é normalmente utilizado por profissionais liberais e empresas prestadoras de serviço que estejam sujeitas a reclamações sobre o desempenho de sua atividade (ex. escritórios de advocacia), cobrindo os custos de defesa e as eventuais indenizações devidos pelo segurado quando houver sua responsabilização legal em função de eventual falha profissional, sempre conforme termos pactuados nas apólices.

vii. Seguro de Riscos de Engenharia

O Seguro de Riscos de Engenharia tem por objetivo garantir o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes de acidentes ocorridos durante a fase de execução de obras, instalação e montagem de máquinas e equipamentos novos.

Estes seguros normalmente são oferecidos para contratação nas seguintes modalidades:

- *Contractors All Risks (CAR)*: seguro destinado para cobrir construção (ex.: de uma planta ou prédio) incluindo eventualmente responsabilidades contra terceiros.
- *Erection All Risks (EAR)*: seguro destinado para cobrir riscos de instalação e montagem de máquinas e equipamentos.

viii. Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG):

O Seguro de Responsabilidade Civil Geral garante ao segurado o pagamento das indenizações devidas a terceiros quando responsabilizado por danos causados no desempenho de suas atividades, tendo como objetivo proteger o patrimônio do segurado das perdas que podem incorrer em função da sua responsabilidade civil.

Esse seguro pode ser contrato por empresas que desempenhem as mais diversas atividades econômicas e interessadas em proteger seu patrimônio da exposição de causar danos a terceiros, desde o comércio até as mais complexas atividades industriais, passando pelo setor serviços, construção civil, eventos, entretenimento, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

ix. Seguros de Riscos Nomeados e Operacionais

O Seguro de Riscos Nomeados e Operacionais são aqueles que garantem perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em geral, oferecem coberturas para incêndio, queda de raio, explosão ou implosão, danos elétricos, quebra de máquinas, inundação, ou seja, danos ligados as operações de plantas industriais ou de empresas nos mais diversos segmentos da economia. Para os casos em que a importância segurada é inferior ao limite estabelecido em legislação de R\$ 100 milhões, a Companhia emite esse tipo de seguro no ramo Compreensivo Empresarial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, da Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2023.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e se referem a recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financiacal Instruments: Recognition and Measurement*), e contabiliza seus instrumentos financeiros como descrito a seguir:

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado dos fundos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

listados em carteira foram obtidos a partir do preço negociado na B3.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro significativo de outra parte, concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado, com efeito adverso sobre o detentor da apólice. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho, bem como as respectivas parcelas de comissão, reconhecidas no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição, carteira ou negócios, sendo registrados no curto e longo prazos dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos respectivos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados de forma consistente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e de acordo com os termos e condições de cada contrato de resseguro. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguro.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e sua respectiva base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

e pelo CPC 11 - Contratos de Seguro para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus de resseguros.

3.5. Ressarcimentos

A Companhia apresenta metodologia, descrita em nota técnica atuarial, para constituição de um redutor das provisões de sinistros relativo à expectativa de ressarcimento junto aos segurados nas operações do grupamento de riscos financeiros.

A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de ressarcimento de sinistros ainda não pagos, e é registrada no passivo como redutora da provisão de sinistros a liquidar. Quando um sinistro é liquidado (total ou parcialmente) essa estimativa de ressarcimento é registrada no ativo da Companhia.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo Intangível.

3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos relativa aos riscos vigentes e já emitidos - PPNG-RVE é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE inclui parcela derivada da triangulação do desenvolvimento de prêmios e parcela relativa ao tratamento individual de apólices específicas, já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

- **Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

É constituída para a cobertura dos valores esperados de indenização relativos a sinistros avisados e não pagos até a data-base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A provisão de sinistros a liquidar inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, quando pertinente.

A provisão é constituída a partir de análise individualizada de cada sinistro, correspondendo sempre à melhor estimativa dos valores a pagar dos sinistros já avisados à Companhia.

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Companhia estima uma expectativa de ressarcimento advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo. A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, sempre analisando a aderência da estimativa por meio de testes de consistências mensais. Para a provisão de sinistros objeto de ações judiciais, aplica-se a metodologia da análise individualizada dos casos judiciais já sabidos ponderados pelas suas respectivas probabilidades de perda.

Além do montante apurado acima, o valor final de provisão de sinistros ocorridos e não avisados pode ser acrescido de uma parcela adicional advinda da expectativa de sinistro das operações

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas que ainda não foram caracterizadas como sinistros.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Companhia registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e de expectativas de sinistros. Em relação às despesas não incorridas de sinistros ocorridos, que, possivelmente se tornarão incorridas ao longo do período dos riscos assumidos, utiliza metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas.

- **Provisão de excedente técnico – PET**

É constituída mensalmente para garantir as obrigações decorrentes de possíveis reduções na comissão de resseguro em contratos que prevejam o sistema de comissão escalonada.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros e resseguro, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia apresenta estimativas de fluxos de caixa em moeda nacional e dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - evolução das taxas de juros pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira, resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. É projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

Em setembro de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.446/2022, objeto de conversão da Medida Provisória nº 1.115/2022, que majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 16% no período de agosto a dezembro de 2022.

As estimativas de realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa existentes em 31 de dezembro de 2022, são reconhecidas de acordo com a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros, com base em estudos e projeções da Administração.

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A Companhia avalia mensalmente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, através de uma análise individualizada das contrapartes envolvidas e suas respectivas apólices vencidas no período a partir de 60 dias e sinistros a recuperar em sua totalidade. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos das contrapartes envolvidas, a qualidade do seu score de crédito, histórico de perdas e provisões de prêmios já recebidos que possibilitem compensação de suas apólices. Se em períodos subsequentes houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras, os ativos financeiros disponíveis para venda, significativos ou não, são avaliados quanto à possibilidade de perda de valor recuperável. Havendo evidência objetiva de perda no valor recuperável em decorrência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser confiavelmente estimado, o montante da redução é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

A contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos.

Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

- **Sinistros**

Os sinistros decorrentes de seguros incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados, além de eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com seguros e resseguros – Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros e resseguro (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8);
- Custos de comercialização diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos – Redução do valor recuperável (nota 8);
- Provisões para contingências (nota 15); e
- Provisões Técnicas (nota 13).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o exercício.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 e não tiveram impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores:

- Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Receitas;
- Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos; e
- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (CPC 37 R1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro 2022:

- O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023; e
- O CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia cumpriu os critérios relevantes e aplicou a isenção temporária da CPC 48 / IFRS 9 para o exercício atual. Conseqüentemente, a Companhia aplicará a IFRS 9 e IFRS 17 assim que for exigido.

Os normativos acima serão aplicáveis quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados.

Adicionalmente, a seguinte norma não deverá ter um impacto material nas Demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2).

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

controle são: avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos da Companhia, sendo esta construída em linha com as estratégias de negócios, a definição de seus controles operacionais internos e a busca da excelência na gestão empresarial.

Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro da Companhia.

<u>Região geográfica</u>	<u>Distribuição de prêmio bruto de resseguro</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Centro Oeste	11.592	8.824
Nordeste	13.408	13.375
Norte	2.319	1.163
Sudeste	1.192.079	1.070.476
Sul	11.995	8.529
Total	1.231.393	1.102.367

<u>Região geográfica</u>	<u>Distribuição de prêmio líquido de resseguro</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Centro Oeste	7.155	4.006
Nordeste	7.548	6.237
Norte	1.308	552
Sudeste	329.166	975.577
Sul	6.935	4.095
Total	352.112	990.467

a) **Gestão de risco de Subscrição**

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A exposição ao risco é mitigada por meio da diversificação da carteira e seletividade analítica dos riscos subscritos, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante dos indicadores internos e do mercado para realização de eventuais ajustes.

Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e definidos procedimentos operacionais para avaliação de riscos, assim como um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos. Destacamos que, dentre os procedimentos, contempla-se o regime de alçadas decisórias como suporte a decisões técnicas, sendo estes documentos formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos.

Adicionalmente, faz-se uso do resseguro como parte do programa de gestão de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

Por fim, pelo ponto de vista de concentração de negócios, a carteira do ramo de Seguro Garantia corresponde a 72% do total do resultado técnico do segmento de seguros, ou seja, R\$ 63.958 (64% e R\$ 52.531 em 31 de dezembro de 2021).

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o exercício em questão, foi utilizada a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

	31/12/2022		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido	218.291	126.980	(91.311)
Lucro líquido do exercício	38.547	(52.764)	(91.311)
Impacto (%) no resultado do exercício			(236,88%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(41,83%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	218.291	207.799	(10.492)
Lucro líquido do exercício	38.547	28.055	(10.492)
Impacto (%) no resultado do exercício			(27,22%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(4,81%)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2021		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido	192.547	148.083	(44.464)
Lucro líquido do exercício	27.674	(16.790)	(44.464)
Impacto (%) no resultado do exercício			(160,67%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(23,09%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	192.547	187.908	(4.639)
Lucro líquido do exercício	27.674	23.035	(4.639)
Impacto (%) no resultado do exercício			(16,76%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(2,41%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazos, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia, se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período de tempo, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além disso, a Companhia realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,22% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2022 (0,31% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 660. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,33% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2022 (0,48% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 980.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,25 % do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2022 (0,35% em 31 de dezembro 2021), que equivale a R\$ 760. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,36% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2022 (0,48% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 1.080.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenários estressados da taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da taxa pré-fixada dos títulos indexados à inflação):

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

31/12/2022		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
I	(200 bps)	11,38MM
II	(100 bps)	5,69MM
III	100 bps	(5,69MM)
IV	200 bps	(11,38MM)

31/12/2021		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
I	(200 bps)	13,68MM
II	(100 bps)	6,84MM
III	100 bps	(6,84MM)
IV	200 bps	(13,68MM)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise do Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2022							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	
Disponível	26.332	-	-	-	-	-	-	26.332
Disponíveis para negociação								
Privados	33.188	-	-	-	-	-	-	33.188
Públicos	90.294	-	-	-	-	-	-	90.294
Exterior	5.286	-	-	-	-	-	-	5.286
Disponíveis para venda								
Privados	1.219	-	-	-	-	-	-	1.219
Públicos	144.429	-	-	-	-	-	-	144.429
Créditos com operações seguros (*)	940.938	4.082	1.675	729	4.184	3.504	1.563	956.675
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.241.686	4.082	1.675	729	4.184	3.504	1.563	1.257.423

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2021							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	
Disponível	26.716	-	-	-	-	-	-	26.716
Disponíveis para negociação								
Privados	50.332	-	-	-	-	-	-	50.332
Públicos	80.189	-	-	-	-	-	-	80.189
Disponíveis para venda								
Privados	1.146	-	-	-	-	-	-	1.146
Públicos	142.955	-	-	-	-	-	-	142.955
Créditos com operações seguros (*)	330.670	4.156	772	814	755	585	1.846	339.598
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	632.008	4.156	772	814	755	585	1.846	640.936

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

*Os valores de créditos com operações com seguros estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

As tabelas a seguir apresentam o risco de crédito nas operações de resseguro a que a Companhia está exposta considerando os ratings dos resseguradores com os quais a Companhia mantém operações, obtidos no site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição a resseguradores com níveis mínimos de avaliação de risco de crédito: BBB+ e B++, conforme apurados pelas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

(i) Operações da Seguradora

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	31/12/2022		31/12/2021	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	2	0,00	189	0,02
AA+	Aa1	AA+	A+	70.033	18,91	60.827	7,05
AA	Aa2	AA	A+	593	0,16	3.336	0,39
AA-	Aa3	AA-	A	49.359	13,33	92.181	10,69
A+	A1	A+	A	32.008	8,64	625.386	72,51
A	A2	A	A-	157.759	42,59	7.291	0,85
A-	A3	A-	A-	62	0,02	70.682	8,22
BBB+	Baa1	BBB+	B++	60.574	16,35	2.429	0,28
Total				370.390	100,00	862.501	100,00

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade da Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 92% (83,3% em 31 de dezembro de 2021) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 2,5% (12,4% em 31 de dezembro de 2021) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 5,5% (4,3% em 31 de dezembro de 2021) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

31/12/2022

Ativos e passivos

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	26.332	-	26.332
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	119.505	9.263	128.768
Ativos financeiros disponíveis para venda	145.648	-	145.648
Crédito das operações de seguros e resseguros	881.678	67.908	949.586
Outros créditos operacionais	2.587	-	2.587
Títulos e créditos a receber	4.563	16.959	21.522
Total de ativos	1.180.313	94.130	1.274.443
Contas a pagar	48.606	-	48.606
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	110.552	105.361	215.913
Débito das operações de seguros e resseguros	821.469	62.402	883.871
Depósito de terceiros	6.819	-	6.819
Outros débitos	1.769	3.573	5.342
Total de passivos	989.215	171.336	1.160.551

31/12/2021

Ativos e passivos

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	26.716	-	26.716
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	130.556	-	130.556
Ativos financeiros disponíveis para venda	144.101	-	144.101
Crédito das operações de seguros e resseguros	252.592	83.636	336.228
Outros créditos operacionais	2.708	-	2.708
Títulos e créditos a receber	6.921	11.004	17.925
Total de ativos	563.594	94.640	658.234
Contas a pagar	25.138	-	25.138
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	110.999	100.596	211.595
Débito das operações de seguros e resseguros	240.920	75.750	316.670
Depósito de terceiros	3.543	-	3.543
Outros débitos	1.498	4.744	6.242
Total de passivos	382.098	181.090	563.188

4) Risco Cambial

A Companhia opera carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- i. Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022;
- ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,00 estimada para 31 de dezembro de 2023* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2022;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,61);

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,91);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,52); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,83).

31/12/2022		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	0,60%	0,03MM
I	(50,0%)	(2,43MM)
II	(25,0%)	(1,22MM)
III	25,0%	1,22MM
IV	50,0%	2,43MM

31/12/2021		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	0,50%	0,11MM
I	(50,0%)	(11,79MM)
II	(25,0%)	(5,90MM)
III	25,0%	5,90MM
IV	50,0%	11,79MM

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2022									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:		23.877	13.718	67.984	23.189	128.768	128.709	46,92%	44,65%
Debêntures		-	-	6.602	2.709	9.311	9.309	3,39%	3,24%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	8.432	51.230	20.480	80.142	80.141	29,20%	27,80%
Certificado de depósito no exterior	-	-	5.286	-	-	5.286	5.286	1,93%	1,83%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	PRÉ	-	-	10.152	-	10.152	10.096	3,70%	3,50%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	23.877	-	-	-	23.877	23.877	8,70%	8,28%
II. Títulos disponíveis para venda:		-	-	131.716	13.932	145.648	159.539	53,08%	55,35%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	131.716	12.713	144.429	158.223	52,64%	54,89%
Debentures	IPCA	-	-	1.219	1.219	1.219	1.316	0,44%	0,46%
Total		23.877	13.718	199.700	37.121	274.416	288.248	100,00%	100,00%

31 de dezembro de 2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:		50.332	1.280	76.682	2.262	130.556	130.521	47%	46%
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	1.280	76.682	2.262	80.224	80.189	29%	28%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	50.332	-	-	-	50.332	50.332	18%	18%
II. Títulos disponíveis para venda:		-	-	129.771	14.330	144.101	153.195	53%	54%
54Notas do tesouro nacional - NTN-B no país	IPCA	-	-	129.771	13.184	142.955	152.034	53%	54%
Debentures	IPCA	-	-	-	1.146	1.146	1.161	-	-
Total		50.332	1.280	206.453	16.592	274.657	283.716	100%	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- (i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos a saber: Fundo imobiliário R\$ 0 (R\$ 14.703 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de crédito privado R\$ 7.212 (R\$ 6.525 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de ações R\$ 0 (R\$ 4.280 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de investimento em participações R\$ 16.087 (R\$ 14.102 em 31 de dezembro de 2021), Fundo multimercado R\$ 0 (R\$ 7.772 em 31 de dezembro de 2021) e Fundo de renda fixa R\$ 578 (R\$ 2.951 em 31 de dezembro de 2021).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 – Mensuração a valor justo como segue:

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de companhias brasileiras emitidos no Exterior; e
- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	6.824	17.053	23.877	7.633	27.997	35.630
Quotas de fundos imobiliários	-	-	-	14.702	-	14.702
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	5.286	5.286	-	-	-
Debêntures	-	9.311	9.311	-	-	-
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	80.142	-	80.142	80.224	-	80.224
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.152	-	10.152	-	-	-
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	-	1.219	1.219	-	1.146	1.146
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	144.429	-	144.429	142.955	-	142.955
Total	241.547	32.869	274.416	245.514	29.143	274.657

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	299.859	26.973	326.832
(+) Aplicações	199.358	129.433	328.791
(-) Resgates	(371.085)	(14.831)	(385.916)
(+) Rendimentos	2.056	12.720	14.776
(+/-) Oscilação Cambial	-	426	425
(+/-) Ajuste ao valor justo	368	(10.620)	(10.251)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	130.556	144.101	274.657
(+) Aplicações	491.415	-	491.415
(-) Resgates	(513.368)	(8.197)	(521.565)
(+) Rendimentos	17.413	14.541	31.954
(+/-) Oscilação Cambial	2.729	-	2.729
(+/-) Ajuste ao valor justo	23	(4.797)	(4.774)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	128.768	145.648	274.416

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a receber
		31/12/2022	31/12/2022
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2023	20.231	(166)

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a receber
		31/12/2021	31/12/2021
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2022	3.033	4

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de prêmios não ganhos	988.346	913.575
Provisão de sinistros a liquidar	146.258	269.596
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	36.053	37.766
Provisão de despesas relacionadas	9.023	11.739
Provisão de excedentes técnicos	563	-
Total das provisões técnicas	1.180.243	1.232.676
Direitos creditórios	(704.053)	(255.192)
Custo de aquisição diferido redutores	(46.960)	(44.631)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(134.731)	(516.363)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(138.833)	(251.255)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(31.632)	(34.687)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(7.572)	(10.565)
Total das exclusões	(1.063.781)	(1.112.693)
Total das provisões técnicas para cobertura	116.462	119.983
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	74.745
Notas do tesouro nacional - NTN-B	125.131	25.026
Quotas de fundos de investimentos	19.151	31.317
Quotas de fundo de investimento imobiliário	-	14.703
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	144.282	145.791
Ativos vinculados em excesso	27.820	25.808

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios a receber de segurados	911.893	307.361
Operações com seguradoras	2.618	988
Operações com resseguradoras	35.075	27.879
Total	949.586	336.228
Total Circulante	881.678	252.592
Total não Circulante	67.908	83.636
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	321.329	42.198
De 31 a 60 dias	337.698	32.587
De 61 a 120 dias	73.453	39.487
De 121 a 180 dias	22.018	38.597
De 181 a 360 dias	80.840	65.298
Superior a 360 dias	67.907	83.636
Total de prêmios a vencer	903.245	301.803
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	4.082	4.156
De 31 a 60 dias	1.675	772
De 61 a 120 dias	729	814
De 121 a 180 dias	4.184	755
De 181 a 360 dias	3.504	585
Superior a 360 dias	1.563	1.846
Total de prêmios vencidos	15.737	8.928
Redução ao valor recuperável	(7.089)	(3.370)
Total de prêmios a receber	911.893	307.361

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Movimentação dos prêmios a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	307.361	507.098
(+) Prêmios emitidos (a)	1.056.501	1.256.078
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	203.136	(186)
(+) Imposto sobre operações financeiras	132.705	126.331
(+/-) Adicional de fracionamento	100	-
(-) Recebimentos	(784.191)	(1.581.952)
(-) Redução ao valor recuperável	(3.719)	(8)
Saldo final	911.893	307.361

(a) Saldo inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 02 vezes.

8. Títulos e créditos a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos e créditos a receber	2.481	2.490
Ressarcimento a receber (a)	2.440	2.480
Outros	41	10
Créditos tributários e previdenciários (b)	18.857	15.152
Outros créditos	184	283
Total	21.522	17.925
Total circulante	4.563	6.921
Total não circulante	16.959	11.004

a) *Aging* de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u>Aging de permanência</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Garantia		
Superior a 365 dias	38.335	38.375
Redução ao valor recuperável	(35.895)	(35.895)
Total do aging	2.440	2.480

<u>Expectativa de realização</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Garantia		
Superior a 365 dias	38.335	38.375
Redução ao valor recuperável	(35.895)	(35.895)
Total do aging	2.440	2.480

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

b) Créditos tributários e previdenciários

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (i)	3.999	5.498
Crédito tributário Pis e cofins (ii)	339	871
IR e CS diferido (iii)	14.519	8.783
Total	18.857	15.152
Total Circulante	4.338	6.369
Total não Circulante	14.519	8.783

- (i) Montantes a receber provenientes de PIS e COFINS e IR e CS pagos a maior;
(ii) Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro; e
(iii) Refere-se a crédito tributário provenientes de tributos diferidos sobre diferenças temporárias.

Movimentação impostos diferidos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reconhecido no Resultado</u>	<u>Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	8.783	18.352	(12.616)	3.818	1.918	14.519
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	4.622	2.706	(3.228)	(522)	-	4.100
Ajuste a Valor de Mercado Venda	3.638	4.194	(2.276)	-	1.918	5.556
Outras provisões	385	11.430	(7.096)	4.334	-	4.719
Alterações CPC 06 - Arrendamento	138	22	(16)	6	-	144
Total	8.783	18.352	(12.616)	3.818	1.918	14.519

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reconhecido no Resultado</u>	<u>Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	868	17.695	(9.780)	3.667	4.248	8.783
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	1.686	4.042	(1.106)	2.936	-	4.622
Ajuste a Valor de Mercado Venda	(610)	5.360	(1.112)	-	4.248	3.638
Outras provisões	(208)	7.971	(7.378)	593	-	385
Alterações CPC 06 - Arrendamento	-	322	(184)	138	-	138
Total	868	17.695	(9.780)	3.667	4.248	8.783

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferidos conforme tabela abaixo:

<u>Grupos / Ramos</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Garantia	86.808	78.112
Riscos de Engenharia	6	52
Riscos de Petróleo	1.299	1.995
Lucros Cessantes	132	428
Riscos Marítimos - cascos	1.411	3.101
Outros	2.477	1.569
Total	92.133	85.257
Total circulante	38.171	35.548
Total não circulante	53.962	49.709

A Companhia apresentava movimentação de custos de aquisição diferidos conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>31/12/2022</u>
Garantia	78.112	948.359	(939.663)	86.808
Riscos de Engenharia	52	348	(394)	6
Riscos de Petróleo	1.995	32.339	(33.035)	1.299
Lucros Cessantes	428	3.015	(3.311)	132
Marítimos – casco	3.101	23.204	(24.894)	1.411
Outros	1.569	25.146	(24.238)	2.477
Total	85.257	1.032.411	(1.025.535)	92.133

	<u>31/12/2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>31/12/2021</u>
Garantia	79.877	901.874	(903.639)	78.112
Riscos de engenharia	159	1.440	(1.547)	52
Riscos de petróleo	3.515	32.457	(33.977)	1.995
Lucros cessantes	186	1.308	(1.066)	428
Marítimos - casco	1.910	20.127	(18.936)	3.101
Outros	572	16.576	(15.579)	1.569
Total	86.219	973.782	(974.744)	85.257

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda retido	2.471	1.714
Imposto sobre serviço retido	106	133
Imposto operações financeiras	35.005	8.638
Contribuições previdenciárias	330	269
Outros impostos e encargos sociais	167	133
Total	38.079	10.887

11. Operações com resseguradoras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios de resseguro cedido	913.792	327.505
Comissão	(95.090)	(87.820)
Repasse de ressarcimento	2.976	3.000
Total	821.678	242.685
Total circulante	777.662	189.293
Total não circulante	44.016	53.392

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros diretos e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
De 1 a 60 dias	2.546	1.396
De 61 a 360 dias	3.442	1.176
Superior a 360 dias	831	971
Total	6.819	3.543

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de sinistros e de prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	146.258	(138.833)	7.425	269.596	(251.255)	18.341
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	36.053	(31.631)	4.422	37.766	(34.687)	3.079
Provisão de despesas relacionadas	9.023	(7.573)	1.450	11.739	(10.565)	1.174
Provisão total de sinistros	191.334	(178.037)	13.297	319.101	(296.507)	22.594
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	988.346	(786.292)	202.054	913.575	(724.574)	189.001
Provisão excedente técnico	563	-	563	-	-	-
Provisão total de prêmios	988.909	(786.292)	202.617	913.575	(724.574)	189.001
Total	1.180.243	(964.329)	215.914	1.232.676	(1.021.081)	211.595
Circulante	919.058	(808.505)	110.553	961.647	(850.648)	110.999
Não circulante	261.185	(155.824)	105.361	271.029	(170.433)	100.596

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	269.596	(251.255)	18.341	207.517	(186.806)	20.711
Sinistros ocorridos no exercício	19.000	2.698	21.698	65.874	(47.902)	17.972
Sinistros pagos no exercício	(130.467)	97.536	(32.931)	(16.847)	(4.000)	(20.847)
Variação cambial	(14.524)	14.232	(292)	11.295	(11.149)	146
Atualização monetária	2.653	(2.044)	609	1.757	(1.398)	359
No final do exercício	146.258	(138.833)	7.425	269.596	(251.255)	18.341
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	11.739	(10.565)	1.174	8.608	(7.577)	1.031
Despesas ocorridas no exercício	4.740	(1.145)	3.595	5.646	(4.487)	1.159
Despesas pagas no exercício	(7.795)	4.397	(3.398)	(2.735)	1.672	(1.063)
Variação cambial	-	-	-	(5)	3	(2)
Atualização monetária	339	(259)	80	225	(176)	49
No final do exercício	9.023	(7.573)	1.450	11.739	(10.565)	1.174
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	37.766	(34.687)	3.079	32.094	(29.092)	3.002
Variação do IBNR	(1.713)	3.056	1.343	5.672	(5.595)	77
No final do exercício	36.053	(31.631)	4.422	37.766	(34.687)	3.079
Desenvolvimento das provisões de prêmios – PPNG						
Em 1º de janeiro	913.575	(724.574)	189.001	828.901	(638.247)	190.654
Prêmios emitidos no exercício	1.231.393	(1.077.972)	153.421	1.102.367	(987.488)	114.879
Prêmio ganho no exercício	(1.121.142)	982.263	(138.879)	(1.049.431)	931.979	(117.452)
Variação cambial	(35.480)	33.991	(1.489)	31.738	(30.818)	920
No final do exercício	988.346	(786.292)	202.054	913.575	(724.574)	189.001
Desenvolvimento da provisão de PET						
Em 1º de janeiro	-	-	-	-	-	-
Variação da PET	563	-	563	-	-	-
No final do exercício	563	-	563	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Desenvolvimento de sinistros

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos brutos de resseguro.

Ano de aviso (**)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	123.881	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170	111.583	60.862
Um ano mais tarde	86.059	39.251	110.838	266.906	109.338	25.155	108.028	-
Dois anos mais tarde	88.602	47.754	103.413	255.142	113.810	25.628	-	-
Três anos mais tarde	88.601	14.259	103.779	210.089	88.082	-	-	-
Quatro anos mais tarde	88.601	5.906	104.719	183.882	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	88.607	5.856	104.579	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	88.607	5.856	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	88.590	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	88.590	5.856	104.579	183.882	88.082	25.628	108.028	60.862
Falta acumulada (*)	(35.291)	1.415	15.298	(80.734)	57.686	6.458	(3.555)	-
Falta acumulada (%)	-28%	32%	17%	-31%	190%	34%	-3%	0%
Ano de pagamento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	686	2.083	76.050	25.983	7.212	217	6.660	47.903
Um ano mais tarde	80.376	2.905	89.248	162.774	19.953	1.905	21.584	-
Dois anos mais tarde	88.590	2.905	100.241	173.750	23.471	5.428	-	-
Três anos mais tarde	88.590	2.905	100.241	174.263	84.705	-	-	-
Quatro anos mais tarde	88.590	2.905	101.760	174.493	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	88.590	5.855	104.413	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	88.590	5.855	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	88.590	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	88.590	5.855	104.413	174.493	84.705	5.428	21.584	47.903
Provisão de sinistros a liquidar	123.605	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285	257.315	132.532
Provisão sinistro ocorrido não avisado	10.167	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	37.766	33.866
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	5.201	5.465	7.165	10.174	7.285
Total de passivo	133.772	21.074	99.166	362.149	178.803	235.544	305.255	173.683
Ano de aviso (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	712	123.881	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170	111.583
Um ano mais tarde	618	86.059	39.251	110.838	266.906	109.338	25.155	-
Dois anos mais tarde	612	88.602	47.754	103.413	255.142	113.810	-	-
Três anos mais tarde	612	88.601	14.259	103.779	210.089	-	-	-
Quatro anos mais tarde	312	88.601	5.906	104.719	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	312	88.607	5.856	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	312	88.607	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	312	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2021	312	88.607	5.856	104.719	210.089	113.810	25.155	111.583
Falta acumulada (*)	(400)	(35.274)	1.415	15.438	(54.527)	83.414	5.985	-
Falta acumulada (%)	-56%	-28%	32%	17%	-21%	274%	31%	-
Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	30	686	2.083	76.050	25.983	7.212	217	6.660
Um ano mais tarde	208	80.376	2.905	89.248	162.774	19.953	1.905	-
Dois anos mais tarde	312	88.590	2.905	100.241	173.750	23.471	-	-
Três anos mais tarde	312	88.590	2.905	100.241	174.263	-	-	-
Quatro anos mais tarde	312	88.590	2.905	101.760	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	312	88.590	5.855	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	312	88.590	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	312	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2021	312	88.590	5.855	101.760	174.263	23.471	1.905	6.660
Provisão de sinistros a liquidar	1.700	123.605	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285	257.313
Provisão sinistro ocorrido não avisado	5.461	10.167	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	37.766
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	-	5.201	5.465	15.138	10.174
Total de passivo	7.161	133.772	21.074	99.166	362.149	178.803	243.517	305.253

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais brutos de resseguro.

Ano de aviso (**)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	7.125	-	28.476	-	-	-	-	221
Um ano mais tarde	8.636	55	29.362	587	-	-	-	-
Dois anos mais tarde	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	-	-
Três anos mais tarde	25.495	3.244	29.326	1.936	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	114.625	5.758	29.327	2.316	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	117.462	5.745	29.328	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	118.265	5.816	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	119.036	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	119.036	5.816	29.328	2.316	-	-	-	221
Falta acumulada (*)	111.911	5.816	852	2.316	-	-	-	-
Falta acumulada (%)	16%	-	-	-	-	-	-	-
Ano de pagamento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	-	-	-	-	-	-	-	-
Um ano mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-
Três anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	112.500	-	29.320	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	7.156	8.672	39.613	28.068	5.961	11.234	12.283	13.726
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	-	-	2.187
Provisão de despesas relacionadas	3	1.155	1.486	1.161	664	1.443	1.565	1.738
Total de passivo	7.159	9.827	41.099	29.229	6.625	12.677	13.848	17.651
Ano de aviso (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até a data-base	-	7.125	-	28.476	-	-	-	-
Um ano mais tarde	-	8.636	55	29.362	587	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	-
Três anos mais tarde	-	25.495	3.244	29.326	1.936	-	-	-
Quatro anos mais tarde	-	114.625	5.758	29.327	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	-	117.462	5.745	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	-	118.265	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2021	-	118.265	5.745	29.327	1.936	-	-	-
Falta acumulada (*)	-	111.140	5.745	851	1.936	-	-	-
Falta acumulada (%)	-	1560%	-	3%	-	-	-	-
Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Um ano mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Três anos mais tarde	-	-	-	29.320	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	-	112.500	-	29.320	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	-	113.670	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	-	113.670	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2021	-	113.670	-	29.320	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	42	7.156	8.672	39.613	28.068	5.961	11.234	12.283
Provisão de despesas relacionadas	5	3	1.155	1.486	1.161	664	2.587	1.565
Total de passivo	47	7.159	9.827	41.099	29.229	6.625	13.821	13.848

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

15. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhuma ação judicial que seja ré, de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas ações judiciais de natureza cível, que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial. A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	12.283	11.234
Adições	5.075	2.881
Baixas	(3.632)	(1.831)
Total	13.726	12.283

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 5 causas referentes a ações de cobranças, com probabilidade de perda possível (3 em 31 de dezembro de 2021) e 5 com probabilidade de perda remota (6 em 31 de dezembro de 2021). Os valores reclamados das ações com probabilidade possível de perda somam R\$ 19.714 (R\$ 16.161 em 31 de dezembro de 2021) e, as ações com probabilidade remota de perda somam R\$ 179.898 (R\$ 178.312 em 31 de dezembro de 2021). Todas as causas possuem natureza cível.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 107.025 representado por 69.177.394 ações ordinárias nominativas.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos aos acionistas, e juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	38.547	27.674
Destinação para reserva legal	(1.927)	(1.384)
Base de cálculo	36.620	26.290
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	9.155	6.573
Valor dos juros sobre capital próprio creditado	(13.400)	(9.000)
Excedente de juros sobre o capital próprio e dividendos distribuído	2.235	2.427
Constituição de Reserva de Lucro Estatutária	(23.220)	(17.290)

- (*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais nos montantes de R\$ 13.400 e R\$ 9.000 (bruto de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, e nos montantes de R\$ 11.390 e R\$ 7.650 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio líquido	218.291	192.547
Ajustes contábeis	(12.811)	(6.377)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	19.393	7.680
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(3.979)	(287)
Patrimônio líquido ajustado – PLA	220.894	193.563
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	25.120	12.214
Capital adicional de risco operacional	7.512	7.881
Capital adicional de risco de crédito	13.799	25.453
Capital adicional de risco de mercado	9.440	12.722
Benefício da diversificação	(10.401)	(11.538)
Capital de risco - CR (b)	45.470	46.732
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	45.470	46.732
Patrimônio líquido ajustado	220.894	193.563
(-) Exigência de capital - EC	45.470	46.732
Suficiência de capital - R\$	175.424	146.831
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	486%	414%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabeleceu condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela da Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

As 26.168.969 opções representam uma diluição de até 8,2% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 3.495 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

		Ativo	
		31/12/2022	31/12/2021
	Classificação		
Austral Resseguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	20.582	30.891
Total		20.582	30.891

		Passivo	
		31/12/2022	31/12/2021
	Classificação		
Austral Participações S.A.(d)	Controladora	-	9.000
Austral Resseguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	44.582	51.627
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	33	43
Total		44.615	60.670

		Receita	
		31/12/2022	31/12/2021
	Classificação		
Austral Resseguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	3.503	735
Total		3.503	735

		Despesa	
		31/12/2022	31/12/2021
	Classificação		
Austral Resseguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	(44.475)	(55.662)
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	(364)	(352)
Administradores (c)	Pessoal chave	(3.701)	(3.945)
Total		(48.540)	(59.959)

- (a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros;
(b) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Companhia;
(c) Valor referente aos benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária); e
(d) Valor referente JCP a pagar para a Austral Participações S.A.

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão reconciliados, como se segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e participações sobre o lucro (*)	55.450	55.450	42.989	42.989
Alíquota nominal (**)	25%	15%	25%	20%
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(13.863)	(8.318)	(10.747)	(8.598)
<u>Adições e exclusões temporárias:</u>				
Variação cambial	2.039	2.039	401	401
Ajuste a valor de mercado	(1.307)	(1.307)	7.341	7.341
Participação nos lucros	3.248	3.248	2.091	(190)
Outras provisões	2.089	2.089	192	192
Total	6.069	6.069	10.025	7.744
<u>Adições e exclusões permanentes:</u>				
Despesas indedutíveis	(9.330)	(9.330)	(8.233)	(8.196)
IRPJ e CSLL correntes	(12.542)	(8.179)	(10.552)	(8.430)
IRPJ e CSLL diferidos	2.386	1.432	2.506	1.161
Total Despesa IRPJ e CSLL	(10.156)	(6.747)	(8.046)	(7.269)
Alíquota efetiva	18,32%	12,17%	18,72%	16,91%

(*) No Resultado antes dos impostos está sendo somado o montante referente a participações sobre o lucro que em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 7.695 (R\$ 3.303 em 31 de dezembro de 2021)

(**) Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (MP 1.034/21) que majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas de seguros privados de 15% para 20%, a partir de julho de 2021. A referida MP foi convertida na Lei nº 14.183/21, publicada em 15 de julho de 2021, que manteve a alíquota elevada até 31 de dezembro de 2021, retornando ao seu patamar anterior de 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos exercícios aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	38.547	27.674
Média ponderada das ações	69.177	69.177
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,5572	0,4000

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Ramos de atuação

Os ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

Ramos de atuação	Prêmios Ganhos		Índice de Sinistralidade % (a)		Índice de Comercialização % (b)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Garantia	159.941	148.635	(20,96)	(37,11)	20,16	19,99
Fiança Locatícia	10	28	(2,84)	(63,86)	1,73	8,19
Responsabilidade Civil Geral	1.562	225	20,71	7,65	17,62	14,69
R.C. Administradores e Diretores	23.522	20.061	1,70	6,93	7,89	6,70
R.C. Riscos Ambientais	502	341	17,17	66,56	16,43	18,53
Responsabilidade Civil Profissional	5.787	3.733	25,08	16,30	21,50	20,55
Riscos de Engenharia	357	3.650	(832,91)	30,42	13,09	4,42
Riscos de Petróleo	802.155	783.981	(2,17)	12,34	0,54	0,72
Lucros Cessantes	9.656	6.417	6,34	(0,55)	3,89	3,89
Riscos Nomeados e Operacionais	49.202	26.961	(3,12)	6,53	-	-
Compreensivo Empresarial	287	83	(0,28)	220,90	11,08	15,53
Riscos Marítimos - casco	43.621	41.572	37,95	19,83	7,28	6,62
Transportes	24.540	13.744	154,64	138,86	20,36	16,66
Total de prêmios ganhos	1.121.142	1.049.431	0,17	7,07	4,34	4,10

(a) Índice de Sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros - salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Ramos	Prêmio Direto Líquido de Cosseguro Cedido		Prêmio Cedido Resseguro		Seguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Garantia	137.103	108.037	(75.834)	(67.397)	61.269	40.640	44,69	37,62	55,31	62,38
Fiança Locatícia R.C.	-	-	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-
Administradores Diretores	10.964	8.456	(5.925)	(4.790)	5.039	3.666	45,96	43,35	54,04	56,65
R.C. Riscos Ambientais	451	383	(197)	(188)	254	195	56,32	50,91	43,68	49,09
Responsabilidade Civil Geral	2.769	540	(991)	(808)	1.778	(268)	64,21	(49,63)	35,79	149,63
R.C. Profissional	6.163	4.491	(3.064)	(2.503)	3.099	1.988	50,28	44,27	49,72	55,73
Riscos de Engenharia	-	211	-	(109)	-	102	-	48,34	-	51,66
Riscos de Petróleo	763.194	794.950	(739.784)	(766.047)	23.408	28.903	3,07	3,64	96,93	96,36
Lucros Cessantes	1.816	12.785	(1.669)	(11.749)	147	1.036	8,09	8,10	91,91	91,90
Riscos Nomeados Operacionais	210	-	(163)	-	47	-	22,38	-	77,62	-
Compreensivo Empresarial	343	93	(245)	(59)	98	34	28,57	36,56	71,43	63,44
Transportes	27.698	11.256	(8.413)	(3.069)	19.285	8.187	69,63	72,73	30,37	27,27
Marítimos - casco	17.417	53.725	(11.696)	(47.054)	5.721	6.671	32,85	12,42	67,15	87,58
Total	968.128	994.927	(847.982)	(903.774)	120.144	91.153	12,41	9,16	87,59	90,84

Ramos	Prêmio Emitido Cosseguro Aceito		Prêmio Cedido Resseguro		Cosseguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Garantia	44.944	28.849	(20.148)	(13.594)	24.796	15.255	55,17	52,88	44,83	47,12
R.C. Administradores Diretores	13.364	7.102	(10.257)	(5.340)	3.107	1.762	23,25	24,81	76,75	75,19
R.C. Riscos Ambientais	94	82	(51)	(41)	43	41	45,74	50,00	54,26	50,00
R.C. Profissional	349	-	(158)	-	191	-	54,73	-	45,27	-
Responsabilidade e Civil Geral	493	641	-	(323)	493	318	100,00	49,61	-	50,39
Riscos de Engenharia	-	75	-	(53)	-	22	-	29,33	-	70,67
Riscos de Petróleo	45	76	(41)	(72)	4	4	8,89	5,26	91,11	94,74
Lucros Cessantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Riscos Nomeados Operacionais	-	69.041	-	(66.037)	-	3.004	-	4,35	-	95,65
Marítimos - casco	840	1.760	(645)	(1.232)	195	528	23,21	30,00	76,79	70,00
Total	60.129	107.626	(31.300)	(86.692)	28.829	20.934	47,95	19,45	52,05	80,55

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ramos	Prêmio Risco Vigente Não Emitido - RVNE		Prêmio Cedido Resseguro de RVNE		Cosseguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Garantia	(1.215)	(3.141)	208	1.915	(1.007)	(1.226)	82,88	39,03	17,12	60,97
Fiança Locatícia	(1)	(1)	-	-	(1)	(1)	100,00	100,00	-	-
R.C. Administradores										
Diretores	(170)	5.398	(335)	(4.002)	(505)	1.396	297,06	25,86	(197,06)	74,14
R.C. Riscos Ambientais	45	8	(31)	(5)	14	3	31,11	37,50	68,89	62,50
Responsabilidade Civil Geral	677	-	(148)	-	529	-	78,14	-	21,86	-
R.C. Profissional	779	153	(502)	(93)	277	60	35,56	39,22	64,44	60,78
Riscos de Engenharia	-	(612)	-	419	-	(193)	-	31,54	-	68,46
Riscos de Petróleo	86.885	(9.255)	(82.135)	8.600	4.751	(655)	5,47	7,08	94,53	92,92
Lucros Cessantes	107	(43)	(91)	33	16	(10)	14,95	23,26	85,05	76,74
Riscos Nomeados Operacionais	124.549	-	(120.537)	-	4.012	-	3,22	-	96,78	-
Compreensivo Empresarial	-	(123)	-	94	-	(29)	-	23,58	-	76,42
Transportes Marítimos - casco	(2.796)	2.796	951	(951)	(1.845)	1.845	65,99	65,99	34,01	34,01
	(5.724)	4.634	3.930	(3.032)	(1.794)	1.602	31,34	34,57	68,66	65,43
Total	203.136	(186)	(198.690)	2.978	4.447	2.792	2,19	(1.501,08)	(97,81)	(1.601,08)
Total geral	1.231.393	1.102.367	(1.077.972)	(987.488)	153.420	114.879	12,46	10,42	87,54	89,58

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resseguradora local	(891.838)	(751.190)
Resseguradora admitida	(72.978)	(198.471)
Resseguradora eventual	(113.156)	(37.827)
Total	(1.077.972)	(987.488)

22. Detalhamento de contas de resultado

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
a) Prêmios		
Prêmios emitidos direto	975.727	1.018.965
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	60.129	107.626
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(7.599)	(24.038)
Prêmio riscos vigentes não emitidos	203.136	(186)
Varição das provisões técnicas	(110.251)	(52.936)
Prêmios ganhos	1.121.142	1.049.431
b) Sinistros ocorridos		
Indenizações diretas	(18.955)	(66.752)
Despesas diretas	(5.341)	(5.124)
Recuperação de sinistro	557	354
Salvados e ressarcimentos	20.116	1.500
Redução ao valor recuperável de salvados e ressarcimentos	-	1.500
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	1.712	(5.672)
Total	(1.911)	(74.194)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

c) <u>Custo de aquisição</u>	31/12/2022	31/12/2021
Comissões sobre prêmios emitidos	(54.311)	(42.384)
Recuperação de comissão de cosseguro	1.426	963
Variação despesa de comercialização diferida	6.889	(1.027)
Outros custos de aquisição	(2.654)	(595)
Total	(48.650)	(43.043)

d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas		
Recuperação receitas resseguro	574	604
Outras despesas		
Tarifa bancária	(37)	(56)
Inspeção de risco	(59)	(170)
Provisão para perda de valor recuperável - Seguros	(3.719)	(8)
Provisão para perda de valor recuperável - Resseguros	1.644	214
Despesas com emissão de apólice	(161)	11
Despesas com operações de seguros	(2.712)	(1.967)
Outras despesas	-	(3)
Total	(4.470)	(1.375)

e) <u>Resultado com resseguro</u>	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de indenização	1.608	56.326
Recuperação de despesas com indenização	1.926	3.964
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	(3.820)	6.118
Receitas com participação no lucro	19.085	18.588
Prêmio cedido em resseguro	(1.077.972)	(987.488)
Repasse de salvados e ressarcimentos	(15.590)	(1.500)
Redução ao valor recuperável de salvados e ressarcimentos	-	(1.500)
Provisão de prêmio não ganho	95.709	55.506
Outros resultados com operações de resseguro	223	-
Total	(978.831)	(849.986)

f) <u>Despesas administrativas</u>	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(21.829)	(20.389)
Despesas com incentivo baseado em ações	(3.476)	-
Despesas com localização e funcionamento	(2.525)	(1.511)
Despesas com serviços de terceiro	(10.097)	(4.971)
Despesas com depreciação e amortização	(4.123)	(3.621)
Outras	(1.829)	(2.067)
Total	(43.879)	(32.559)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

g) Despesa com tributos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com COFINS	(8.225)	(9.458)
Despesas com PIS	(1.442)	(1.699)
Taxa de fiscalização	(835)	(1.450)
Outras	(545)	(785)
Total	(11.047)	(13.392)

h) Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		
Títulos para negociação	27.981	12.085
Títulos disponíveis para venda	19.206	14.555
Com operações de seguros	199.845	193.204
Valorização cambial do disponível	7.262	11.716
Outras receitas	10.130	3.452
Total das Receitas	264.424	235.012
Despesas		
Títulos para negociação	(7.816)	(9.661)
Títulos disponíveis para venda	(4.665)	(1.409)
Com operações de seguros	(202.624)	(195.912)
Encargos com obrigações	(78)	(213)
Desvalorização cambial do disponível	(8.911)	(11.418)
Outras despesas	(9.539)	(4.989)
Juros sobre capital	(13.400)	(9.000)
Total das Despesas	(247.033)	(232.602)
Total	17.391	2.410

i) Resultado patrimonial

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros sobre capital próprio	13.400	9.000
Total resultado patrimonial	13.400	9.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23. Responsáveis

Conselheiros:

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Michel Cukierman

Diretor-presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Rodrigo Ferreira de Campos
Claudia Novello Ribeiro
Rodolfo Arashiro Rodriguez
Arthur Farme d'Amoed Neto

Controller:

Mauro Reis D Almeida

Contadora:

Ana Schaefer
CRC RJ -113827/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2.029